



Fórum de Pró-reitoras e Pró-reitores  
de Extensão das Instituições Públicas  
de Educação Superior Brasileiras

## **CARTA DE BRASÍLIA/DF**

### **45º. ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX**

Entre os dias 27 e 29 de maio de 2019, realizou-se o 45º Encontro Nacional de Pró-reitoras e Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras - FORPROEX, na Universidade de Brasília (UnB), Campus Darcy Ribeiro, com o objetivo de discutir os assuntos fundamentais para a consolidação da Extensão Universitária no Brasil, a partir do tema: "Os 50 anos da publicação de Paulo Freire: Extensão ou Comunicação". O Fórum ocorre no momento em que há uma grave fragilização da democracia no Brasil; o aprofundamento das desigualdades sociais, produto do congelamento dos investimentos nas políticas sociais, possibilitado pela Emenda Constitucional 95; o grave ataque à autonomia universitária; a ameaça concreta da desconstitucionalização da Previdência, além dos cortes no orçamento das IPES, implementado pelo MEC, na ordem de R\$ 5,8 bilhões, o que vem ameaçando a continuidade das atividades da educação pública brasileira, tanto na esfera estadual, como na federal. Além disso, o Fórum acontece no momento em que a política ambiental do país vem sendo desestruturada, a exemplo dos últimos desastres ambientais que ocorreram no Estado de Minas Gerais, a partir do rompimento de barragens, e demais estados, que estão sendo atingidos pela problemática da extração mineral.

Nesse contexto, o Forproex discutiu as relações entre a educação popular, os movimentos sociais e a universidade, na perspectiva freireana, pensando em outras formas de educação, pautada em uma concepção democrática de país. Assim, a extensão está posta na formação acadêmica como um processo ético, político, pedagógico para a formação integral e transformadora, mas que ainda enfrenta desafios.

Ao reconhecer a importância de ampliar as relações com os Movimentos Sociais no contexto universitário, por meio da extensão, o Fórum debateu sobre problemáticas como os impactos da mineração na vida das comunidades tradicionais e a educação do campo como um princípio que integra as comunidades tradicionais ao cotidiano das IPES, cujo enfrentamento requer um novo 'modelo' de mineração e um projeto de 'campo' que tenham como referência a vida humana, a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade econômica e a construção de condições dignas de vida. Essa reflexão reforçou a necessidade de diálogo com os sujeitos políticos vinculados às ações extensionistas nas instituições de ensino superior.

Neste sentido, as pró-reitoras e pró-reitores reafirmam o lugar das IPES no estabelecimento e na consolidação da construção e troca de conhecimentos e saberes que dialoguem com as demandas dos movimentos sociais e com toda a sociedade, sinalizando a importância de propor projetos e ações extensionistas em articulação com a pesquisa, de forma interdisciplinar, que visem o entendimento da complexidade dos processos sociais, para a construção de alternativas voltadas à melhoria das

condições de vida da população, além de gerar e sistematizar novos conhecimentos a partir dessas experiências.

Com base nos debates estabelecidos, o Fórum fez uma avaliação de sua gestão para a consolidação da extensão nas instituições públicas, especialmente a partir da apresentação, organização e socialização dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões e coordenações regionais, concluindo pela importância de continuidade da Comissão de Acompanhamento Parlamentar (necessária no atual momento político), da Comissão de Avaliação (em torno dos indicadores) e criação da Comissão de Acompanhamento da Creditação da Extensão.

Em análise de conjuntura, discutiu-se as recentes medidas e decretos governamentais em ataque à autonomia universitária em suas dimensões acadêmica, administrativa e orçamentária, tais como as ameaças às liberdades individuais dos docentes, discentes e gestores quanto aos temas das suas atividades, assim como de seus posicionamentos políticos. Diante dos cortes no orçamento das IPES, reconheceu-se a gravidade das ameaças à Extensão Universitária como dimensão pública das universidades e canal privilegiado para a continuidade da consolidação das alianças sociais e populares.

A análise de conjuntura incluiu, ainda: os efeitos nas IPES da Emenda Constitucional 95 que congela os recursos para investimentos nas áreas sociais pelos próximos 20 (vinte) anos, e da Reforma da Previdência; a desqualificação dos cursos de Sociologia e Filosofia; a necessidade da participação de todos e todas nos atos em defesa da educação, dos serviços públicos e da garantia dos direitos.

Os Pró-reitores das universidades do Uruguai e Argentina participaram do Fórum e manifestaram preocupação com o que está acontecendo no Brasil, assim como o apoio e solidariedade das suas instituições às universidades brasileiras, destacando o papel estratégico dessas instituições na construção do restabelecimento da democracia no Brasil como horizonte capaz de fortalecer a América Latina. Destacou-se, durante o debate, a necessidade de coesão entre as universidades federais, estaduais e institutos federais e CEFET's integrantes do Forproex, em torno de um plano de ação em defesa de todas as IPES e do ensino superior público e gratuito.

As reflexões mediadas pelas mesas e espaços de debate, indicaram desafios para o próximo período, a saber:

- Atuação na contradição entre a estrutura organizacional da instituição universitária (o que inclui a extensão), em relação às necessidades dos movimentos sociais, como por exemplo, dos trabalhadores do campo, e dos atingidos pela mineração.
- Fortalecimento de vínculos entre os segmentos das instituições (estudantes, servidores técnicos e docentes) com as comunidades e os movimentos sociais, como uma possibilidade de construir ações de extensão que dialoguem com as estratégias desses sujeitos, entendendo-os como tais, não apenas como beneficiários;
- Produção de conhecimentos e visibilidade do que se faz, articulando os grupos de pesquisa e extensão com os movimentos sociais e comunidades, de forma interdisciplinar;

- Busca da valorização da extensão nos critérios para ascensão na carreira docente, dando respostas às exigências institucionais, por um lado, mas, por outro, e fundamentalmente, produzindo um novo conhecimento teórico que surge a partir do trabalho integrado entre esses sujeitos e por intermédio da extensão em articulação com a pesquisa.
- Participação nos atos em defesa da educação, dos direitos e dos serviços públicos, a exemplo da recomposição dos recursos das IPES, defesa da autonomia universitária e contra a Reforma da Previdência (pautas imediatas);
- Impulso às ações das comissões: Comissão de Acompanhamento de Assuntos de Extensão no Congresso Nacional e outras esferas do Poder Público; Comissão Permanente de Avaliação de Extensão (CPAE); e da Comissão de Creditação da Extensão.
- Atuação nos ministérios com objetivo de provocar a publicação de editais temáticos para financiamento da Extensão;
- Organização das ações simultâneas em todas as IPES, como a exposição e discussão com a sociedade, objetivando dar visibilidade aos impactos das atividades de extensão para o desenvolvimento social, fixação de faixas, circulação de vídeos etc.
- Aproximação com os fóruns que representam pró-reitores/as ou decanos/as de graduação, ou ensino, para efetivar ações em torno das diretrizes para creditação da extensão, de forma que documentos institucionais como PDI, PPIs e PPCs contemplem o disposto na Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018.
- Aproximação com outros fóruns de pró-reitores/as para articulação de ações em defesa das IPES.
- Proposição, junto à Andifes e à ABRUEM, sobre a discussão em torno da creditação e do financiamento da Extensão Universitária, na perspectiva de realização de um seminário sobre as temáticas.

## **FÓRUM DE PRÓ-REITORAS E PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS**